

Desafios dos afroempreendedores na gestão de negócios no Rio de Janeiro

IZABEL LIMA DA SILVEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)

DESAFIOS DOS AFROEMPREENDEDORES NA GESTÃO DE NEGÓCIOS NO RIO DE JANEIRO

1. INTRODUÇÃO

Pessoas que decidem empreender precisam possuir características individuais que são fundamentais para a manutenção de suas empresas, porém existem aspectos pessoais que são impossíveis de serem modificadas ou aprendidas e que podem ser tornar empecilhos ao ato de empreender, como, por exemplo, a cor do dono do negócio. O Brasil é um país formado majoritariamente por pessoas negras e segundo levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), tem sua população composta por 43,1% indivíduos autodeclarados brancos, 46,5% pardos e 9,3% pretos. Sendo assim, com a união dos pardos e pretos, tem-se que do total da população brasileira, 55,8% é formada por negros.

Ainda que seja um país miscigenado, o Brasil carrega consigo preconceitos vindos desde os tempos da escravidão que ainda moldam a convivência em sociedade entre brancos e negros (PEREIRA, 2012). As relações sociais foram forjadas em parte por membros da burguesia e da aristocracia que abalados com o fim da escravidão, desejavam manter o *status quo* e utilizaram o mito da democracia racial como uma armadilha ideológica para apagar o caráter estruturador que as questões raciais têm nas relações (SAMPAIO, 2013; PEIXOTO, 2013).

A desigualdade social gerada pelo racismo possui vertentes políticas e econômicas que influenciam na tentativa do negro de se inserir mercado de trabalho qualificado (MADEIRA; GOMES, 2018). De acordo com Rezende, Mafra e Pereira (2018), mesmo com toda a apropriação da lógica capitalista aos seus negócios, os empreendimentos criados por pessoas negras ainda representam uma forma mais autônoma de inserção no mercado de trabalho. Para Almeida (2013), a condição étnica passa a fazer parte da estratégia de mercado e os indivíduos passam a enfrentar além das dificuldades inerentes a qualquer empreendimento no sistema capitalista, as questões de natureza étnico-raciais.

Diante das considerações apresentadas, definiu-se a seguinte questão de pesquisa: quais são os desafios enfrentados por afroempreendedores na gestão de negócios localizados na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro? Para responder tal questionamento, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: mapear as dificuldades encontradas por pessoas negras que empreendem na região metropolitana do Rio de Janeiro e identificar as estratégias adotadas por afroempreendedores para enfrentar as barreiras em seus negócios.

Os aspectos das relações étnico-raciais no Brasil, para Oliveira, Pereira e Souza (2013), representam um obstáculo, além dos inerentes a manter um empreendimento, para os empreendedores. Portanto, uma justificativa encontrada para o presente estudo refere-se à existência de uma lacuna na produção acadêmica sobre o perfil dos afroempreendedores apontada por Paixão (2003), Oliveira e Guimarães (2006), Oliveira, Pereira e Souza (2013) e Monteiro (2013, 2017) e as dificuldades dos empreendedores negros apontada por Paixão (2003), Oliveira, Pereira e Souza (2013) e Monteiro (2013, 2017).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Afro-brasileiros

A vinda do negro para o Brasil aconteceu de forma traumática e contra sua vontade, e após ser arrancado de seu país e de seus familiares foi obrigado a exercer trabalho forçado ao ser escravizado e mercantilizado por outros homens (PEREIRA, 2012).

Para Silva (2011), o argumento de que a escravidão já existia no continente africano é uma das justificativas usadas até os dias atuais para explicar a instituição do tráfico de negros

para servir como mão de obra durante o período de expansão. No entanto, ainda segundo o autor, a escravidão entre os povos africanos estava relacionada às guerras entre povos rivais e não ao escravismo como um negócio.

De acordo com Quijano (2005), raça e identidade racial serviram como instrumento para a classificação social da população, codificando a relação de dominação entre conquistadores (superiores) e conquistados (inferiores) impostas pela própria conquista. Para Nascimento *et al.* (2014), as relações raciais possuem não apenas aspectos biológicos, mas também aspectos semânticos e sociais e através de sua discussão são evidenciadas as formas de relações de poder da sociedade.

Rezende, Mafra e Pereira (2018) afirmam que o padrão de poder mundial baseado na raça é responsabilidade da colonização europeia e que mesmo com o fim dela, a colonialidade é utilizada como instrumento para legitimar as diferenças e as desigualdades. Para as autoras, a ideia de colonialidade retorna ao termo colonialidade do poder criado pelo sociólogo Aníbal Quijano e definido como “(...) um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da ideia de ‘raça’” (QUIJANO, 2002, p.4).

Essa colonização abriu espaço para o *locus* fraturado que, segundo Rezende, Mafra e Pereira (2018), possibilita uma relação em que o colonizado vive em tensão constante entre resistência e colonialidade. Segundo Madeira e Gomes (2018), as organizações políticas do movimento negro se intensificaram a partir dos anos 70 e muitas destas formas de resistência podem ser encontradas, atualmente, nos espaços de periferia.

A discussão sobre as relações raciais no Brasil sempre foi desestimulada em função do mito da democracia racial que afirma que o país não é racista por ser miscigenado (NASCIMENTO *et al.*, 2014). Para Pereira (2012), em contraposição ao fato do Brasil ser um país miscigenado, ele ainda carrega consigo sequelas do período escravocrata. De acordo com Monteiro (2017), as desigualdades estruturais entre negros e brancos se fazem presentes até os dias atuais na sociedade capitalista brasileira.

Madeira e Gomes (2018) afirmam que o negro no Brasil tem sido subjugado e violentado desde a época da escravidão e esta violência permaneceu no país mesmo após o processo de abolição para satisfazer os interesses socioeconômicos das classes ricas. De acordo com Martins e Santos (2013) a população negra é a mais pobre e discriminada da sociedade e sofre com a falta de acesso a serviços básicos, como educação e saúde, e com as péssimas condições de vida das periferias dos centros urbanos.

Para Silva (2011), as questões econômicas, políticas e culturais estão presentes desde a escravização do negro no período da expansão colonial, quando pessoas eram tratadas como mercadorias vindas em navios negreiros para serem comercializadas. Para Madeira e Gomes (2018) o racismo é uma relação que se mostra presente em questões econômicas e políticas, fazendo assim com que a raça esteja no centro das desigualdades sociais.

De acordo com Nogueira (2007), o preconceito racial pode ser dividido entre preconceito de marca e preconceito de origem, que nos dizeres do autor são definidos como:

Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem (NOGUEIRA, 2007, p. 292).

Segundo Rezende, Mafra e Pereira (2018), a criação da categoria raça serviu para diferenciar de forma identitária os colonizadores dos colonizados a partir de suas origens e justificar a exploração do trabalho. Essa classificação social serviu para definir o negro como pertencente de uma raça inferior destinada a servir como escravo (SILVA, 2011). De acordo com Monteiro (2017), desde então a imagem do negro é associada a ideia de vendedor de força de trabalho desqualificada.

Com isso, as relações étnico-raciais no Brasil foram criadas a partir de um discurso que afirmava que o negro era acomodado com a sua situação de escravizado, o que o colocava, ao mesmo tempo, no papel de vítima e de culpado por suas próprias mazelas (MADEIRA; GOMES, 2018) fazendo com que os negros fossem responsabilizados pelas situações que lhes foram impostas (PEREIRA, 2012).

Para Fanon (2008) nesse momento começa a construção do sujeito colonizado baseado em discursos e práticas discriminatórias e racistas. O que para Rezende, Mafra e Pereira (2018) é responsável por fazer com que o negro seja visto como inferior ao branco em questões sociais, econômicas e intelectuais.

Segundo Madeira e Gomes (2018), a narrativa de democracia racial no Brasil foi utilizada para que o grupo dominante pudesse usufruir de seus privilégios e lugares sociais históricos, enquanto os negros seguiam sendo inferiorizados em relação aos brancos (REZENDE; MAFRA; PEREIRA, 2018)

Em harmonia, Nogueira e Mick (2013) afirmam que um dos legados da escravidão é a cidadania negada aos negros por meio do racismo como prática social dominante em que os brancos são ligados ideologicamente aos seus privilégios. Nogueira e Mick (2013, p.116) afirmam que “o racismo estrutural é o principal obstáculo a ser superado para romper as barreiras que separam negros e brancos, quando verificamos os indicadores socioeconômicos”.

Segundo Peixoto (2013), é papel do Estado facilitar a inclusão social de segmentos da sociedade que possuam dificuldade em acessar bens e serviços cotidianos através de políticas públicas elaboradas em parceria com os setores envolvidos. Contudo, ainda segundo o autor, o aprisionamento das funções estatais aos interesses dos grupos no poder da máquina pública está presente no Brasil desde a época colonial.

Para Nogueira e Mick (2013), alguns fatores foram responsáveis por dificultar a participação da força de trabalho negra na industrialização e desenvolvimento do país desde o período pós-abolicionista, como por exemplo: o impedimento de acesso aos postos de trabalho imposto pelos donos de meios de produção com o subsídio do Estado - responsável pela vinda de imigrantes para o país - e o fato do acesso à educação nas escolas ser um privilégio das elites brancas.

2.2. Empreendedorismo

Segundo Filion (1999), o campo do empreendedorismo é aquele que estuda o empreendedor, sendo entendido para o autor como a área de estudo que “examina suas atividades, características, efeitos sociais e econômicos e os métodos de suporte usados para facilitar a expressão da atividade empreendedora” (FILION, 1999, p. 21).

Oliveira, Pereira e Souza (2013) afirmam que os empreendedores são os atores principais dos estudos sobre empreendedorismo e que tais estudos no Brasil devem levar em consideração o fenômeno da estratificação social do país como grande influenciador dos aspectos dessa área. Filion (1999) afirma que economistas e comportamentalistas instituíram abordagens distintas sobre empreendedores.

Para Filion (1999), os economistas e os seguidores da escola de Schumpeter associam o empreendedor à inovação. Para esses pesquisadores os empreendedores são indivíduos que introduzem alguma inovação e por isso tem função essencial para a manutenção do sistema econômico, sendo pessoas que percebem oportunidades e assumem riscos com o objetivo de auferir lucros (FILION, 1999).

Segundo Souza Neto (2017), a recusa dos estudiosos da economia em aceitar modelos não quantificáveis e a dificuldade em mensurar o comportamento complexo dos empreendedores levou o campo de estudos sobre empreendedorismo a se voltar para o universo dos comportamentalistas. Para Filion (1999) e Souza Neto (2017), o primeiro autor a dar contribuições a essa linha teórica foi David McClelland.

As pesquisas de McClelland e dos comportamentalistas atribuem características comuns aos empreendedores e dizem que esses indivíduos são motivados pela necessidade de realização (FILION, 1999). Para Souza Neto (2017) foi constatado por eles que há a influência de valores de determinada sociedade e de determinadas culturas no comportamento dos empreendedores.

De acordo com Souza Neto (2017), a ação empreendedora possui papel fundamental no crescimento e na prosperidade econômica dos países. De acordo com Oliveira, Pereira e Souza (2013), os empreendedores são o símbolo do sucesso capitalista por terem sido capazes de vencer as barreiras socioeconômicas para estabelecer negócios lucrativos.

Em harmonia, Oliveira e Guimarães (2006, p. 18) afirmam que algumas diferenças entre empreendedores com negócios bem-sucedidos e aqueles que haviam fechado suas empresas estavam relacionadas não só a experiência prévia no ramo da atividade, mas também a características como “capacidade de construir redes de relacionamentos, capacidade de inovar e visualizar uma oportunidade de negócio, capacidade e habilidade para lidar com as incertezas de mercado, principalmente a concorrência acirrada e as dificuldades de acesso ao crédito”.

De acordo com Oliveira, Pereira e Souza (2013), as relações sociais e as políticas estatais são fontes de recursos necessários para viabilização de empreendimentos e por isso tem papel importante no desenvolvimento do empreendedor. Oliveira e Guimarães (2006) identificaram que políticas públicas de incentivos a novos negócios e a existência de agências de suporte influenciam no aumento da taxa de fundação de novas empresas.

Fillion (1999, p. 20) afirmou que “empreendedores involuntários tendem a optar pelo auto emprego, mas não são empreendedores no sentido geralmente aceito do termo. Criam uma atividade de negócio, mas não são movidos pelo aspecto da inovação”. Para o autor, esses empreendedores são pessoas que ao se depararem com o desemprego foram forçadas a criar suas próprias oportunidades de inserção no mercado.

Já na visão de Souza Neto (2017) esses empreendedores, que foram denominados como “viradores”, são sobreviventes que não se enquadram nas teorias estabelecidas para o estudo dos empreendedores nem constituíram grandes fortunas. O autor afirma ainda que os empreendedores não nascem prontos, contudo são capazes de sobreviver criando soluções criativas de acordo com suas aptidões, inserindo-se numa entre as teorias econômicas e comportamentais

Segundo Monteiro (2017), certas características individuais humanas são valorizadas como atributos importantes do empreendedor pela literatura organizacional como a confiança em si mesmo, saber aproveitar as oportunidades, autoestima, autorrealização, assumir riscos, conhecer o ramo do negócio, ser perseverante, organizar, tomar decisões, saber liderar e iniciativa. Ainda segundo o autor, mesmo que a experiência humana diga que algumas características tenham papel fundamental na decisão de uma pessoa a se dedicar aos negócios, pesquisas das áreas da Administração, Psicologia e Ciências Sociais mostram que fatores passíveis de serem aprendidos ou desenvolvidos fazem partes das características atribuídas aos empreendedores.

Barretto (2013) afirma que a valorização da capacitação empreendedora tem mostrado que a educação formal é componente importante para diminuir desigualdades no mercado de trabalho. Em consonância, Monteiro (2017) afirma que as chances de sobrevivência dos empreendimentos no mercado estão associadas ao investimento em educação formal e treinamento por parte dos empresários.

Para Oliveira, Pereira e Souza (2013), o perfil do empreendedor está associado com a assunção moderada de riscos, criatividade e capacidade de criar soluções inovadoras, contudo essas características não provêm apenas de uma questão individual, tendo como base também as relações sociais e as políticas estatais do ambiente no qual está inserido. Monteiro (2017) afirma que a articulação sistêmica de fatores econômicos, políticos, tecnológicos e

socioculturais são capazes de influenciar um indivíduo a empreender e explicam a organização do trabalho dentro da sociedade.

Ainda de acordo com Oliveira, Pereira e Souza (2013), mesmo que os estudos sejam focados na figura do empreendedor, não devem deslocar o fenômeno do empreendedorismo do contexto social no qual está inserido. Contudo, no Brasil, para as autoras, algumas categorias sociais são negligenciadas nas pesquisas sobre o tema, principalmente as que envolvem questões étnicas e raciais.

2.3. Afroempreendedorismo

Para Nogueira e Mick (2013, p. 102), a história dos negros como empreendedores teve seu início enquanto se findava o sistema escravista e no momento da chegada da família real portuguesa no Brasil já haviam mais de 400 mil negros livres e libertos que “(...) constituíam significativa parcela dos artesãos, comerciantes e prestadores de serviços especializados. As quitandeiras são um exemplo, documentado na rica iconografia do fim do império”. Monteiro (2013) afirma que os empresários e empreendedores negros apresentam valor social, econômico e estratégico fundamental para o desenvolvimento do Brasil.

Segundo Nogueira e Mick (2013), mesmo com a abolição do trabalho escravo e o começo do trabalho assalariado, os negros não deixaram de ser vistos apenas como uma força de trabalho que não atingiria a posição de empresários e empreendedores dentro do sistema capitalista. Além disso, segundo Sampaio (2013), o negro foi visto como dado ao ócio e incapaz de se adequar as relações de trabalho do novo sistema vigente.

De acordo com Monteiro (2017), o início das empresas afro-brasileiras se deu com os negros livres que trabalhavam como artesãos e pequenos empreendedores que inicialmente exerciam suas funções nos centros das grandes cidades e posteriormente foram deslocados das atividades mais qualificadas e para regiões periféricas, o que aumentou até mesmo a dificuldade de circulação das mercadorias produzidas.

Segundo Almeida (2013), o empreendedor negro sempre estará cercado por questões que transcendem a lógica puramente capitalista, tendo em vista que dentro do mercado étnico os produtos e serviços entregues cumprem também a função da valorização da identidade de alguma minoria social. Em consonância, Monteiro (2013), afirma que as empresas têm não só a função de gerar lucros, como também de difundir a visão de mundo e valores sociais.

Para Martins e Santos (2013) os empresários negros apresentam necessidades específicas em função da formação histórica do negro no país. De acordo com Monteiro (2013), ao negro recém libertado não foi permitido o acesso à educação o que dificultou seu ingresso aos postos de trabalho que eram disputados com os trabalhadores europeus.

Peixoto (2013) afirma que as relações raciais têm uma função estruturadora nas relações sociais e nos papéis desempenhados por brancos e negros na sociedade brasileira. Segundo Paixão (2003) o mito da democracia racial foi utilizado como forma de camuflar o racismo estrutural presente nas relações sociais e dificultou a criação de políticas públicas voltadas a plena integração do antigo escravizado na sociedade.

Monteiro (2013) afirma que o negro foi deixado a própria sorte após a abolição da escravidão e que por isso se viu obrigado a aceitar o subemprego e o trabalho mal remunerado. Para Nogueira e Mick (2013), os intelectuais que ajudaram a confirmar o mito preconceituoso da baixa habilidade para o trabalho dos negros criaram uma forma sistêmica de exclusão social. As falsas descobertas científicas sobre a superioridade da raça branca serviram também para forjar a imagem e valores negativos atribuídos à população negra (MONTEIRO, 2017).

Para Oliveira, Pereira e Souza (2013), mesmo a população brasileira sendo formada majoritariamente por negros, a maior parte dos estudos sobre empreendedorismo analisa as características da sociedade sem levar em consideração as questões étnicas. Para Monteiro (2013) ainda que conquiste a posição de patrão de si mesmo, o negro empreendedor precisa

lidar com a desconfiança de clientes e fornecedores que muitas vezes é pautada no mito da baixa capacidade intelectual e desqualificação da pessoa negra.

Paixão (2003), Monteiro (2013, 2017) e Oliveira, Pereira e Souza (2013) concluíram que as questões étnicas formam um obstáculo a mais para os empreendedores negros em suas relações com fornecedores, clientes e concorrentes, mesmo com domínio técnico profissional do setor em que atua e educação formal que o capacite a ser um bom gestor de seu negócio.

Para Thobias Junior (2013), a ideia de que o crédito está disponível para todos os donos de negócio, independente da raça ou gênero, tem se mostrado cada vez mais incoerente com a realidade. Nos dizeres do autor, no caso dos negros, grupo historicamente tido como intelectualmente inferior, a possibilidade de obtenção de crédito se torna ainda mais difícil.

Segundo Monteiro (2013) os negros que procuravam obter créditos no mercado acreditavam que além das altas taxas de juros e da burocracia inerente ao processo, o preconceito racial também se fazia presente. De acordo com Oliveira, Pereira e Souza (2013) a questão étnica faz com que os empreendedores negros tenham que lidar não apenas com as dificuldades inerentes a manutenção de um negócio, mas também com barreiras a obtenção de recursos financeiros e nos processos de gestão de seus negócios.

Segundo Paixão (2003), o racismo cordial brasileiro, camuflado pela democracia racial, coloca diversas dificuldades no caminho do empreendedorismo negro. Para Monteiro (2017), o mito da democracia racial é fortemente propagado dentro da sociedade e, apesar de serem muitas vezes sutis, as atitudes preconceituosas não poupam o empresário negro de ter que administrar também o racismo.

Monteiro (2017 apud DEGEN, 1989) afirmou que dentre os fatores inibidores do empreendedorismo três são de suma importância na análise do empreendedorismo afro-brasileiro: a imagem social, o capital social e a disposição para assumir riscos.

De acordo com Monteiro (2017, p.167) a imagem social é um inibidor para o empreendedorismo a medida que as pessoas tendem a se acostumar com a posição que ocupam em seus respectivos trabalhos e “tornar-se empreendedor significa romper com tais situações confortáveis, muitas vezes adquiridas ao longo de anos de trabalho”. No caso do negro, sua imagem social foi construída baseada em preconceito, discriminação racial e estereótipos de que não são capazes de ocupar posições de patrão e consumidor de força de trabalho, sendo vistos apenas como operários e mão de obra pouco ou nada qualificada (MONTEIRO, 2017).

Já o capital social, para Monteiro (2017), está associado à visão de mundo composta por crenças e valores de um determinado grupo ou segmento que é construída pelas agências de socialização, como a escola e os livros didáticos, dentro de determinado contexto social e que são muitas vezes responsáveis por aproximar ou afastar os indivíduos de atividades laborais. Para o negro, o capital social atua como um inibidor ao empreendedorismo porque em seu convívio dentro das agências de socialização o negro dificilmente tem sua imagem representada por atividades qualificadas ou empreendedoras, sendo esses papéis comumente representados por pessoas brancas (MONTEIRO, 2017).

Segundo Monteiro (2017, p. 169), os negros têm disposição para assumir riscos inerentes à atividade empreendedora, contudo, os empreendedores negros além de lidar com os riscos e custos materiais envolvidos no negócio trazem consigo os custos emocionais vindo do conjunto de valores, mitos e estereótipos sociais e por isso “o racismo e o preconceito destroem a autoconfiança e são poderosos inibidores da vontade e da disposição de correr riscos, mesmo que calculado, enfim, da vontade de empreender”.

O contexto social e econômico brasileiro, de acordo com Monteiro (2017), exige que a população negra empreendedora se associe para estabelecer estratégias de ação social organizadas e impulsionar a criação de políticas públicas quando necessário. Para Paixão (2003), assim como a população negra de forma ampla, os empreendedores negros também não foram alvo de políticas públicas que visassem desenvolver suas condições socioeconômicas.

Para Filion (1999), os empreendedores integram, assimilam e interpretam as culturas, necessidades e hábitos da região na qual estão inseridos sendo condutores e modificadores da cultura regional. O autor acrescenta que mesmo na era eletrônica, os relacionamentos entre empreendedores e a população em geral, no nível regional geralmente refletem a cultura de suas comunidades. De acordo com Truzzi e Sacomano (2007), as redes de contato têm relação com a economia étnica, já que dentro das comunidades e que possuem alto capital social os atores podem ter acesso a informações, recursos e apoio dos membros para desenvolvimento de seus negócios.

Para Nogueira e Mick (2013), o direito à educação formal escolar foi retirado dos negros recém libertos, bloqueando o acesso dos negros a posições de maior remuneração e gerando vulnerabilidade nessa população que, na falta de melhores oportunidades, se viu obrigada a se sujeitar à precarização de sua força de trabalho. Para Barretto (2013), independente do setor da atividade econômica, a educação é fundamental para a manutenção dos negócios.

De acordo com Monteiro (2017) micro, pequeno e médio empresários constituem grupos de baixa formação formal e, mesmo que a possuam, a formação prática e o conhecimento da atividade desenvolvida é fundamental na decisão de empreender. Além da educação o autor também ressalta a importância do associativismo.

Os empresários e empreendedores negros ao formarem associações com profissionais de diversos setores da economia buscam garantir que seus negócios fossem economicamente viáveis, mas também juntar forças para lutar contra os desafios impostos pelo racismo (MONTEIRO, 2013). Para Barretto (2013) os negros têm formado associações de empreendedores como forma de lutar contra as dificuldades impostas pelo racismo de forma unida e possibilitando assim a abertura de portas no mercado.

De acordo com Monteiro (2017), através da união da comunidade afro-brasileira podem ser criadas associações de empresários negros locais, articulações regionais e nacional. Para o autor, o empreendedorismo negro mais do que ser uma forma de desenvolvimento econômico para o Brasil, é uma maneira de desenvolver o povo negro, ampliando as oportunidades de emprego e elevando a autoestima para essa parte da população que sempre teve sua força de trabalho e intelectualidade desvalorizadas.

3. METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa descritiva e qualitativa, as técnicas de coleta foram pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas (GIL, 2002). Afroempreendedores e empreendedores negros são considerados sinônimos e foram definidos como pessoas que se declararam pretas ou pardas e que são trabalhadores por conta própria ou empregadores independente do setor de atuação, da formalização e tamanho de seus negócios.

Os entrevistados foram numericamente identificados de acordo com a ordem cronológica em que as entrevistas foram realizadas. As entrevistas de número 1, 2, 11 e 12 foram realizadas com fomentadores do empreendedorismo negro enquanto as entrevistas do número 3 ao 10 e 13 foram realizadas com afroempreendedores de diversas áreas, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Afroempreendedores participantes da pesquisa

Quem	Área de atuação	Idade do negócio	Sócio(s)	Funcionário(s)
Entrevistado 3	Moda	6 anos	Sim	Não
Entrevistado 4	Educação financeira	4 anos	Sim	Sim
Entrevistado 5	Companhia de dança	8 anos	Sim	Não
Entrevistado 6	Educação tecnológica informal	1 ano	Sim	Não
Entrevistado 7	Produção cultural	2 anos	Sim	Não

Entrevistado 8	Recrutamento e seleção	1 ano	Sim	Sim
Entrevistado 9	Moda	3 anos	Sim	Não
Entrevistado 10	Produtos infantis	7 anos	Sim	Sim
Entrevistado 13	Consultoria	3 anos	Não	Sim

Fonte: Elaborado pela autora.

Foram realizadas nove entrevistas com nove afroempreendedores, sendo cinco mulheres e quatro homens que se autodeclaram negros(as) ou pretos(as) e com idades entre 22 e 60 anos. Todos eram moradores dos municípios do Rio de Janeiro ou Niterói e com negócios localizados no município do Rio de Janeiro.

Todos os entrevistados possuíam negócios formalizados e apenas o Entrevistado 13 não possuía um ou mais sócios. Foram escolhidos participantes com negócios em áreas de atuação diversas e apenas os Entrevistados 3 e 9 pertencem ao mesmo ramo. Já no que tange ao grau de instrução todos possuíam ao menos o ensino médio completo, três possuíam ensino superior incompleto, um estava com pós-graduação em andamento e cinco já haviam concluído algum tipo de pós-graduação.

Os entrevistados 1, 2, 11 e 12 são fomentadores que possuem papel de conectar os empreendedores a oportunidades de trabalho, cursos de aperfeiçoamento de suas habilidades técnicas, além do apoio as atividades de gestão de seus negócios.

Para definir o número de entrevistas necessárias para responder o problema de pesquisa foi utilizado o ponto de saturação (THIRY-CHERQUES, 2009). Os instrumentos de pesquisa utilizados foram dois roteiros de entrevistas semiestruturado, sendo um para afroempreendedores e outro para fomentadores. As entrevistas, com duração média de uma hora e meia, foram realizadas pessoal e individualmente.

Após a realização das entrevistas, feitas no período de Dezembro de 2019 a Março de 2020, foram realizadas as transcrições literais das gravações que foram codificados e categorizadas, considerando cada uma das entrevistas separadamente, com auxílio do *software* ATLAS.ti.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Dificuldades para empreender

As dificuldades enfrentadas pelos afroempreendedores se apresentavam de formas diversas mais sempre circundando dois temas específicos: atividades intrínsecas à gestão do negócio e relacionamento com os atores chaves. O preconceito racial de origem, conforme definido por Nogueira (2007), mostrou ter poder para ditar as relações dentro e fora dos negócios, estando presente desde o momento da fundação das empresas e dando a cor do dono à empresa. Os negócios liderados por pessoas negras são administrados dentro do mesmo sistema dos negócios de pessoas não negras, porém a questão racial aparece como um inibidor e uma dificuldade a mais a ser superada (PAIXÃO, 2003; OLIVEIRA; PEREIRA; SOUZA, 2013; MONTEIRO, 2017). A questão histórica e social que levaram à criação das identidades de raça no Brasil tem que ser geridas cotidianamente pelos empreendedores e pode ocorrer de forma implícita ou explícita (PAIXÃO, 2003; QUIJANO; 2005).

Acesso a informações

Características desenhadas historicamente como a falta de exemplos familiares e a dificuldade (e no período imediatamente após a abolição da escravatura a impossibilidade) de acesso à educação formal mostra suas consequências até os dias atuais. A dificuldade de gestão dos negócios se mostrou presente no desempenho de atividades cotidianas, como por exemplo

a emissão de notas fiscais, e também, em alguns casos, ajudou a trilhar os rumos do negócio por existir desde o momento de fundação por falta de conhecimento das vantagens e desvantagens dentre os tipos de empresas existentes no momento da formalização do negócio.

Ter acesso a informações sobre formas de organização de negócios e sobre a necessidade de declarar imposto de renda são alguns dos desafios que os afroempreendedores enfrentam por falta de conhecimento. Além disso, algumas noções sobre ferramentas e processos de gestão de negócios que no primeiro momento são tidas como de conhecimento comum e básico para muitos cidadãos que pensam em empreender podem não ser se o gestor do negócio não tiver acesso a esses conhecimentos específicos por meio de instituições de ensino nem tiver exemplos de outros empreendedores na família ou próximos.

Falta de credibilidade

Mesmo quando se apresentavam como responsáveis pelos negócios e mostravam a viabilidade da empresa, os afroempreendedores percebiam que eram constantemente convocados a provar suas capacidades enquanto gestores.

De acordo com Monteiro (2013) e Oliveira, Pereira e Souza (2013) a questão étnica é um empecilho a mais nas relações estabelecidas entre afroempreendedores e seus clientes, fornecedores e funcionários e pode acarretar maiores dificuldades na gestão do negócio e para obtenção de crédito no mercado. Portanto, a necessidade de reafirmar o seu papel de empreendedor é constante devido aos diversos casos de tentativa de tirar a legitimidade de gestor do negócio mesmo entre colaboradores da própria empresa que não viam o líder do negócio como capaz de estar naquela posição.

Além de lidar com a falta de credibilidade no seu papel enquanto empreendedor vindo até mesmo de parceiros internos, é preciso estabelecer relacionamentos interpessoais muitas vezes agressivos com o público externo para garantir que o seu papel de líder organizacional seja visto e respeitado. Sendo necessário reafirmar várias vezes seu papel enquanto líder do negócio e sobre a seriedade de suas empresas.

A necessidade de reforçar suas capacidades e seu lugar de dono de negócio frente aos outros está associada à imagem e ao capital social conforme defendido por Monteiro (2017). Por não terem a sua imagem associada ao papel de empreendedores, os negros donos de negócios quando colocados em situações de acordos e negociações comerciais precisam lidar com a desconfiança vinda de seus interlocutores.

Visão sobre o dono ao invés do negócio

Outra consequência encontrada pelos afroempreendedores por não corresponderem ao perfil tido como adequado de dono de negócios é o impacto que essa visão estereotipada causa na maneira como as pessoas enxergam suas empresas. Os negócios geridos por pessoas negras não são lidos como negócios sérios e capazes de gerar lucros, são vistos como projetos temporários ou movimentos sociais e que precisam de ajuda:

As pessoas brancas elas vem sempre como se elas estivesse te fazendo um favor e você fosse um pobre coitado... E é o que mais me deixa desconfortável. E aí é o que eu falei que às vezes precisa dar carteirada né? Você precisa mostrar a sua capacidade toda hora, se não às vezes gritar que você é capaz de fazer e sempre, é engraçado tipo 'ah tadinha né? Ah pobrezinha, pobre coitada que faz no trabalho assim. Vamos fazer uma ciranda aqui e circular para te ajudar' (ENTREVISTADO 5).

A imagem social de pessoas negras e os estereótipos que afastam o negro do papel de empreendedor de sucesso, conforme afirmado por Thobias Junior (2013) e Monteiro (2017), fez com que a busca por uma parceria social fosse associada a um pedido de ajuda. Sendo assim, a dificuldade para conseguir parcerias foge do aspecto puramente econômico e passa a estar associada com a visão que se tem sobre o empreendedor e não sobre o empreendimento.

Acesso ao crédito

No cotidiano dos afroempreendedores essa imagem social se mostrou presente quando tentavam obter empréstimos ou investimentos com instituições bancárias ou mesmo de fomento ao empreendedorismo. Se torna necessário que eles não apenas provêm a capacidade de seus negócios, mas que também estejam constantemente provando suas capacidades intelectuais.

Mesmo após comprovar ter todas as capacidades técnicas necessárias para a obtenção de um investimento ainda existem questões subjetivas que podem dificultar o acesso ao crédito. Para Thobias Junior (2013) outra questão que dificulta o acesso ao crédito por parte dos empreendedores negros é o fato de os negros terem sido historicamente marginalizados dentro da sociedade. Essa visão estereotipada leva a situações constrangedoras dentro de instituições bancárias, conforme os relatos abaixo:

Todas as dificuldades que eu enfrento tem a ver com o fato de eu ser uma empreendedora negra e ter um negócio que é preto né? A primeira dificuldade que enfrentei foi para abrir conta no banco é porque a gerente me disse que a conta seria aberta em dois dias e a gente levou quase dois meses e no final assim ela disse que tava demorando porque gente como eu geralmente usa essas contas e a máquina de cartão de crédito para prostituição (ENTREVISTADO 10).

Na busca por ter o seu negócio que dentro de uma sociedade que vive sobre um mito que afirma que o Brasil não é um país racista (PAIXÃO, 2003; MONTEIRO, 2017) afroempreendedores precisam lidar com a desconfiança vinda até mesmo de pessoas que deveriam fazer o julgamento de seus negócios de forma objetiva e não com base na imagem do dono, como no caso das instituições financeiras. Assim, como afirmado por Monteiro (2013), Oliveira, Pereira e Souza (2013), Thobias Junior (2013), a dificuldade do acesso ao crédito vivenciada pelos afroempreendedores entrevistados também mostrou que pode estar baseada no preconceito racial.

Isso faz com que ainda percebam a necessidade de produzir mais para atender as mudanças que ocorrem sazonalmente em seus negócios, era encontrada como barreira a dificuldade de acesso ao crédito. Dificuldade essa que vai além das capacidades técnicas e relacionais do gestor do negócio, como defendido por Oliveira e Gomes (2006), Oliveira, Pereira e Souza (2013) e Monteiro (2013), mas sim por questões externas do sistema social e financeiro que dificulta o acesso de empreendedores negros ao crédito.

Thobias Junior (2013) afirma que o negro até pouco tempo atrás era impedido de ter terras e isso influencia na capacidade atual dos empreendedores negros de oferecerem garantias quando vão buscar crédito no mercado. Além do mais, ainda segundo o autor, outro fator que dificulta o acesso ao crédito por parte dos afroempreendedores é a imagem social do negro como incapaz intelectualmente.

4.2. Estratégias para a manutenção dos negócios

Com todos os desafios enfrentados foi necessária a adoção de estratégias que permitissem a manutenção dos negócios. Ainda que essas atividades não sejam realizadas com esse objetivo, especificamente, foi possível inferir que algumas medidas eram comumente utilizadas pelos afroempreendedores como forma de gerir ou melhorar seus negócios, sendo elas: participar de programas de incubação ou aceleração de negócios, estudar mais sobre a atividade fim, ferramentas de gestão, formar redes e aprender com seus próprios erros ou com pares empresariais e a celebração da imagem do negro.

Programas de aceleração e incubação

A participação em programas de aceleração e incubação de empresas mostrou ser uma estratégia para conseguir obter conhecimentos técnicos de gestão e estar em contato com outros atores-chaves do mercado.

Oliveira e Gomes (2006), Monteiro (2013) e Thobias Junior (2013) apontam a importância das agências de suporte para o início e manutenção das atividades empreendedoras, tendo essas instituições função de auxílio e acompanhando das empresas criadas por meio de um profissional de gestão para ajudar com as demandas de implementação e consolidação das empresas. Através dessas oportunidades os empreendedores puderam ter acesso a ferramentas de gestão e contabilidade, noções sobre o mercado em que atuam e técnicas para causar o crescimento de seus negócios.

Os empreendedores usaram essas agências para entender mais sobre os seus negócios e assim ter mais clareza para tomar decisões de gestão. A busca por mais conhecimento com auxílio de instituições e pela educação formal também são aspectos apontados por Barretto (2013), Nogueira e Mick (2013) e Monteiro (2017) como diferenciais para os empreendedores de sucesso. Para além da educação, essas agências também podem fornecer suporte que pode modificar a trajetória de um negócio como a possibilidade de utilizar equipamentos dessas instituições de fomentos e o apoio de profissionais experientes em gestão para auxiliar na implementação de ideias para os negócios, ajudando os afroempreendedores a lidar com o medo de falhar.

Esse medo de errar corrobora foi apontado por Fanon (2008) que afirmou que caso um profissional negro cometesse algum erro era o seu fim assim como seria o fim para todos os outros profissionais negros. Ficou evidenciado que a importância das instituições de suporte foi percebida não apenas pela necessidade de continuar estudando e se mantendo atualizado sobre ferramentas de gestão, mas também por ir ao encontro da vontade dos negros de assumir riscos que é muitas vezes podada por inibidores do empreendedorismo baseado em mitos e estereótipos sociais que fazem o negro não se sentir preparado, estimulado e confiante para empreender, em consonância com Monteiro (2017).

Formação de redes de relacionamento

As redes de relacionamento mostraram-se importantes não apenas como possibilidades de obtenção de indicações para novas parcerias, divulgação de serviços e produtos e soluções de questões relacionados ao negócio, mas também como forma de união entre negócios que se complementam ou para barganhar no mercado.

Para Oliveira e Gomes (2006) a capacidade de criar redes de relacionamentos comerciais é uma das principais diferenças entre empreendedores com negócios em atividades daqueles com negócios encerrados. Para Truzzi e Sacomano (2007) as redes interorganizacionais dentro da economia étnica têm como característica o fato de os seus líderes compartilharem estratégias para lidar com adversidades vindas do ambiente, proporcionando acesso à ajuda mútua e assistência. Portanto, a utilização dessas redes tem uma função inclusive de ferramenta gerencial mais dinâmica e ágil para a solução de problemas.

Ainda que tenha sido defendida na literatura a importância de formação de redes entre empreendedores (OLIVEIRA; GOMES, 2006; TRUZZI; SACOMANO, 2007; MONTEIRO, 2013, 2017), os afroempreendedores pesquisados mostram entender a importância e poder das redes, contudo contrariam, em parte, a teoria ao mostrar a importância da participação de grupos de forma mais informal ou esporádica e sem a necessária institucionalização dos mesmos.

As redes ainda que não sejam completamente organizadas formalmente mostraram-se capazes de cumprir sua função. Seja com participação constante ou de maneira pontual, os afroempreendedores mostraram compreender o poder de estar em redes de relacionamentos comerciais e como era útil para o desenvolvimento dos negócios de todos os envolvidos.

Assim como afirmado por Paixão (2003), foi apontado pelos entrevistados que uma das formas de conseguir aumentar a quantidade de negros empreendedores seria com a utilização de projetos e programas estatais que facilitassem o acesso de novos empreendedores e que possibilitassem a manutenção dos negócios dos negro no mercado, porém a capacidade de

mudança estatal foi tida como lenta e a união de pessoas negras da sociedade civil seria a responsável por uma mudança de forma mais rápida e duradoura.

O papel das empresas e do Estado na mudança do cenário não foi descartado, contudo as pessoas negras foram tidas como principais atores e agentes de mudança para a situação atual do empreendedorismo negro. De acordo com Oliveira, Pereira e Souza (2013) as relações sociais e as políticas estatais têm a capacidade de ser fontes de recursos e aspirações para os empreendedores. No entanto, para Peixoto (2013), o aparato estatal é utilizado como forma a atender o interesse das elites e manter o status quo.

Busca por conhecimento

Para Barretto (2013) o associativismo é ainda mais benéfico para grupos historicamente discriminados por permitir abrir portas no mercado. Com isso, aprender com outros empreendedores que fazem parte de uma mesma rede de relacionamentos entre empreendedores sejam eles do mesmo ramo de atuação ou não ou ainda empreendedores com mais experiência de mercado tem se mostrado uma estratégia eficiente para utilização das redes e dos recursos que elas proporcionam.

Trabalhar coletivamente para construção e manutenção de negócios se mostrou eficaz até mesmo para modificar a visão que os afroempreendedores tinha sobre eles mesmos. A capacidade de se adaptar as mudanças no cenário esteve presente em muitas das falas dos participantes que mostraram vontade de aprender também com os próprios erros e fazer disso uma estratégia para a manutenção dos negócios em atividade.

Assim, a falta de conhecimento de gestão foi superada pela vontade de manter o seu negócio em funcionamento. Para Barretto (2013) o grau de escolaridade e constante atualização sobre as técnicas eficientes de gestão são atributos que influenciam na sobrevivência de uma empresa. Segundo Thobias Junior (2013), as habilidades necessárias a um empreendedor podem ser aprendidas e por isso é necessário que os afroempreendedores estejam sempre buscando desenvolver seus conhecimentos técnicos para conseguir superar desafios e essa busca pode inclusive indicar a necessidade de buscar auxílio de profissionais de áreas específicas de gestão de negócios, como contadores e advogados.

Ser preto é maneiro

Foi relatado por diversos entrevistados que uma das estratégias adotadas por alguns afroempreendedores era promoção da celebração da imagem do negro ou trazer à tona a ideia de que “ser preto é maneiro”. Os negócios gerenciados por pessoas negras mostraram ter um papel fundamental no desenvolvimento de uma autoestima e sensação de pertencimento das pessoas negras.

Mesmo que inicialmente os negócios não tenham necessariamente esse propósito, o poder da representatividade dos afroempreendedores e das suas empresas se mostrou presente em relatos sobre o próprio negócio ou sobre outras empresas:

A Feira Preta é um bom lugar para gente ver isso, a gente vê que os negócios são todos pensando a gente né? São todos pensando questão racial, por mais que um negócio não se propõe a isso no fim das contas o discurso desse negócio é tipo ‘ser preto é maneiro’ sabe? Falando de um jeito muito superficial assim... tô pensando até em numa marca assim a Yolo, não sei se você conhece, é uma... tem a festa Yolo e eles tem uma marca de roupa e o discurso da marca é ‘somos urbanos, somos bonitos, somos potentes’, mas é uma marca feita por um cara preto para pessoas pretas de periferia que tem um estilo específico que veste pessoas pretas. Então, o que ele tá dizendo é ‘somos pessoas pretas potentes’ né? Ele não tá dizendo só ‘somos pretos’ (ENTREVISTADO 10).

Quando a gente consegue... quando a gente trabalha com educação a gente sabe que daqui a 10 anos essas meninas negras que passaram por aqui, elas não vão aceitar

muita coisa que a gente teve que aceitar por falta de conhecimento às vezes sabe? (...) Agora a gente dentro dessa, do micro ao macro, a gente consegue se pagar, a gente consegue comprar com os nossos, a gente consegue fortalecer o trabalho das pessoas negras, o empreendedorismo negro, as organizações independentes movimentadas por pessoas negras e isso para acontecer também precisa de todo um trabalho de educação que o [nome da empresa] também tá tentando fazer, né? Para que daqui alguns anos, daqui algumas décadas seja um pouco menos doloroso pra gente (ENTREVISTADO 7).

Mas sou eu que lido com eles e isso eu que lido com o público também e as pessoas, o público da [nome da empresa] em si, nossos alunos, eles... eu sinto que ele se sente muito à vontade em me ver ali como um exemplo para eles sabe? Então já ouvi isso de alguns alunos meus alunos, ex-alunos meus que eles acreditam que o fato de eu tá ali na frente tá mostrando para eles é possível, deu muita força pra eles para eles continuarem porque eles não acreditavam. Então são pessoas incríveis, potencial incríveis que talvez a gente, talvez eles pudesse tá numa outra situação se de repente não fosse eu (ENTREVISTADO 6).

As empresas passam, portanto, a ter um papel educacional e de formação de pessoas com a maior noção crítica sobre a realidade histórica, social e cultural na qual estão inseridos os afro-brasileiros. Assim, a estratégia de produzir um discurso de promoção do povo negro tornou-se uma ferramenta que consegue fazer com que o negócio se promova financeiramente, criando marcas que se tornam referência nesse sentido e que também possam ajudar na promoção de valores sociais. Através de seus negócios os afroempreendedores levam para o conhecimento do público questões da história do negro e se tornam fonte de inspiração ao provar que o negro pode ser dono de empresas em qualquer ramo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ato de empreender é o mesmo para pessoas negras e não negras, porém as vivências históricas e a visão que a sociedade tem dos primeiros não pode ser excluída da análise de seus perfis enquanto empreendedores e da análise de seus negócios. O preconceito racial mostrou estar presente direta ou indiretamente nos desafios enfrentados pelos afroempreendedores.

Os aspectos sociais e raciais presentes no cotidiano dos afroempreendedores, não foram completos inibidores da atividade empreendedora e os empreendedores negros mostraram-se dispostos a buscar estratégias que viabilizassem a manutenção de seus negócios, através de auxílio de terceiros e instituições e com a criação de parcerias.

A questão racial passa, portanto, por todos os aspectos estudados sendo um desafio e uma estratégia. Desafio porque é mais uma barreira a ser ultrapassada. Estratégia a partir do momento em que esses empresários se apropriam de suas características raciais como forma de promover seus negócios e criar alianças e parceiras. Passa então a ser uma característica dos empreendimentos feitos por pessoas negras porque elas não conseguem desassociar sua cor de seus negócios mesmo sendo empresas desenvolvidas dentro das regras do mercado e sem ter como objetivo a promoção desse grupo étnico ou como público alvo apenas pessoas negras.

Pode-se perceber que uma das dificuldades enfrentadas por afroempreendedores estava associada ao fato de terem os seus negócios descredibilizados e tidos como movimentos sociais e não empresas. Portanto, estudos futuros podem explorar negócios de empresários negros que têm por objetivo causar impacto social na população negra, através da promoção da cultura e história afro-brasileira ou almejem de alguma forma levar o acesso à educação, cultura e arte, apontando suas principais diferenças e similaridades tanto em relação aos negócios de pessoas negras sem engajamento com a pauta social e racial tanto quanto negócios com impacto social geridos por pessoas não negras.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, A. S. M. Consumo e identidade: a produção para o consumo a partir dos insights dos empresários negros. In: NOGUEIRA, J. C. (Org.). **Desenvolvimento e empreendedorismo afro-brasileiro: desafios históricos e perspectivas para o século 21**. Florianópolis: Atilênde, 2013. p. 241-274
- BARRETTO, L. Sebrae. In: NOGUEIRA, J. C. (Org.). **Desenvolvimento e empreendedorismo afro-brasileiro: desafios históricos e perspectivas para o século 21**. Florianópolis: Atilênde, 2013. p. 5-10.
- BARRETO, L. A força dos negros no empreendedorismo. In: NOGUEIRA, J. C. (Org.). **Desenvolvimento e empreendedorismo afro-brasileiro: desafios históricos e perspectivas para o século 21**. Florianópolis: Atilênde, 2013. p. 35-60
- DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. Tradução de Maria Letícia Galizzi e Paulo Luz Moreira. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 6-28, 1999.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITO. **Análise dos resultados do GEM 2017 por raça/cor**. Curitiba: IBQP, 2017b. Disponível em <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2018/08/GEM-An%C3%A1lise-por-ra%C3%A7a_cor-2017.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Características Gerais dos Moradores 2012-2018 e Características Gerais 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_media/ibge/arquivos/fd031c76b642dc0012eaa56c8ead7841.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2019.
- MADEIRA, Z.; GOMES, D. D. O. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 463-479, 2018.
- MARTINS, J. C. B.; SANTOS, A. Um marco para a construção de uma política nacional para os empreendedores afro-brasileiros. In: NOGUEIRA, J. C. (Org.). **Desenvolvimento e empreendedorismo afro-brasileiro: desafios históricos e perspectivas para o século 21**. Florianópolis: Atilênde, 2013. p. 17-26
- MONTEIRO, J. A formação e a ação coletiva do empresariado afro-brasileiro: processos e desafios. In: NOGUEIRA, J. C. (Org.). **Desenvolvimento e empreendedorismo afro-brasileiro: desafios históricos e perspectivas para o século 21**. Florianópolis: Atilênde, 2013. p. 61-96
- MONTEIRO, J. A. **O Empresário Negro: Trajetórias de Sucesso em Busca da Afirmação Social**. 2 ed. Porto Alegre: Simplíssimo, 2017.
- NASCIMENTO, M. C. R. et al. Com que Cor Eu Vou pro Shopping que Você me Convidou? **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 19, 3ª Edição Especial, art. 1, p. 245-268, out. 2015.
- NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 287-308, jun. 2007.
- NOGUEIRA, J. C.; MICK, J. Desenvolvimento, empreendedorismo e promoção da igualdade racial. In: NOGUEIRA, J. C. (Org.). **Desenvolvimento e empreendedorismo afro-brasileiro: desafios históricos e perspectivas para o século 21**. Florianópolis: Atilênde, 2013. p. 97-122

- OLIVEIRA, D. C.; GUIMARÃES, L. O.; Perfil empreendedor e ações de apoio ao empreendedorismo: o NAE/Sebrae em questão. **Revista Economia & Gestão da PUC Minas**, Belo Horizonte, v. 6, n. 13, 2006.
- OLIVEIRA, J. S.; PEREIRA, J. A.; SOUZA, M. C. D. Empreendedorismo, cultura e diversidade: a participação dos empreendedores negros nas atividades empreendedoras no Brasil no período de 1990 a 2008. **Contextus: Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, [S.l.], v. 11, n. 2, 2013.
- PAIXÃO, M. J. P. **Destino manifesto**: estudo sobre o perfil familiar, social e econômico dos empreendedores/as afro-brasileiros/as dos anos 1990. Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, 2003.
- PEIXOTO, E. Pobreza rural, desenvolvimento territorial, cadeias produtivas e comunidades quilombolas. In: NOGUEIRA, J. C. (Org.). **Desenvolvimento e empreendedorismo afro-brasileiro**: desafios históricos e perspectivas para o século 21. Florianópolis: Atilênde, 2013. p. 179-240
- PEREIRA, O. A dor da cor: Reflexões sobre o papel do negro no Brasil. **Cadernos Imbondeiro**. João Pessoa, v.2, n.1, 2012.
- QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, Marília, ano 17, n 37, p. 4-28, 2002.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. LANDER, E (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: **CLASCO**, p. 107-130, 2005.
- REZENDE, A. F.; MAFRA, F. L. N.; PEREIRA, J. J. Empreendedorismo negro e salões étnicos: possibilidades de resistências na (re)construção social da identidade negra. Salvador: **Organizações & Sociedade**, v. 25, n. 87, p. 589-609, dez. 2018.
- SAMPAIO, E. Subdesenvolvimento e exclusão racial: a questão da mão de obra em Formação Econômica do Brasil e seus efeitos sobre as políticas de desenvolvimento brasileiras. In: NOGUEIRA, J. C. (Org.). **Desenvolvimento e empreendedorismo afro-brasileiro**: desafios históricos e perspectivas para o século 21. Florianópolis: Atilênde, 2013. p. 123-168
- SILVA, S. R. A trajetória do negro no brasil e a territorialização quilombola. **Revista NERA**, São Paulo, v. 14, n. 19, p. 73-89, jul-dez. 2011.
- SOUZA NETO, B de. **Contribuição e elementos para um metamodelo empreendedor brasileiro**: o empreendedorismo de necessidade do “virador”. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2017.
- THIRY-CHERQUES, H. R. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. **Revista PMKT**, São Paulo, n.3, p. 20-27, 2009.
- THOBIAS JUNIOR, A. C. A democratização do crédito e a participação dos afroempreendedores In: NOGUEIRA, J. C. (Org.). **Desenvolvimento e empreendedorismo afro-brasileiro**: desafios históricos e perspectivas para o século 21. Florianópolis: Atilênde, 2013. p. 275-294
- TRUZZI, M. S. O.; SACOMANO, M. N. Economia e empreendedorismo étnico: balanço histórico da experiência paulista. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 1-12, jun. 2007.